07/10/2025

Número: 8004040-85.2024.8.05.0274

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Órgão julgador: 1ª V DOS FEITOS DE REL. DE CONS. CÍVEIS, COMERCIAIS E ACID. DE TRAB. DE

**VITORIA DA CONQUISTA** 

Última distribuição : **20/03/2024** Valor da causa: **R\$ 5.000,00** 

Assuntos: **Autofalência** Segredo de justiça? **NÃO** Justiça gratuita? **SIM** 

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Advogados
GUERREIRO COVAS & CIA LTDA - ME (REQUERENTE)	
	LARISSA AMARAL OLIVEIRA (ADVOGADO) HELIO ALMEIDA SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) SABRINA NUNES LIMA (ADVOGADO) FLORISVALDO DE JESUS SILVA (ADVOGADO) MICAELE DA SILVA BESERRA (ADVOGADO) LUCAS DA CUNHA CARVALHO (ADVOGADO)
CLEIDSON GUERREIRO COVAS LTDA (REQUERENTE)	LUBNA SILVA FIGUEREDO (ADVOGADO)
	HELIO ALMEIDA SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) SABRINA NUNES LIMA (ADVOGADO) LARISSA AMARAL OLIVEIRA (ADVOGADO) FLORISVALDO DE JESUS SILVA (ADVOGADO) MICAELE DA SILVA BESERRA (ADVOGADO) LUCAS DA CUNHA CARVALHO (ADVOGADO) LUBNA SILVA FIGUEREDO (ADVOGADO)

Outros participantes				
Ministério Público do Estado da Bahia (CUSTOS LEGIS)				
MUNICIPIO DE VITORIA DA CONQUISTA (INTERESSADO)				
ESTADO DA BAHIA (INTERESSADO)				
MINISTERIO DA FAZENDA (INTERESSADO)				
VICTOR BARBOSA DUTRA (INTERESSADO)				
			VICTOR BARBOSA	DUTRA (ADVOGADO)
RECEITA FEDERAL (INTERESSADO)				
Documentos				
ld.	Data da Assinatura	Documento		Tipo
46546 3828	24/09/2024 15:22	8004040_85.2024.8.05.0274. Autofalencia		Petição

15ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista

Processo nº 8004040-85.2024.8.05.0274

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Trata-se de pedido de autofalência requerido por GUERREIRO COVAS

LTDA.

Aduz o requerente que atuava como distribuidora de produtos e-commerce,

oferecendo serviços de transporte terceirizado e, ao encontrar dificuldades financeiras, em

razão do baixo valor da remuneração por entrega, teve os contratos rescindidos,

culminando no encerramento das operações.

É o breve relatório.

Da análise dos documentos acostados aos autos, verifica-se que o autor

cumpriu integralmente as exigências previstas no artigo 105 da Lei 11.101/2005.

Ante o exposto, o Ministério Público se manifesta favoravelmente ao

deferimento do pedido inicial.

Vitória da Conquista, 23 de setembro de 2024.

ROGÉRIO BARA MARINHO

Promotor de Justiça

Este documento foi gerado pelo usuário 011.\*\*\*.\*\*\*-65 em 07/10/2025 12:26:14 Número do documento: 24092415220758200000448162819 https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24092415220758200000448162819 Assinado eletronicamente por: ROGERIO BARA MARINHO - 24/09/2024 15:21:23